



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

**EDITAL Nº. 166/2022 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.
055/2022**

Objeto: Registro de Preços para fornecimento de alimentos não perecíveis. **Recebimento de propostas:** até às **09** horas e 59 minutos do dia 20/07/2022. **Abertura de Propostas:** às 10 horas do dia 20/07/2022. **Disputa:** às 14 horas do dia 20/07/2022. **Edital:** site www.pregaobanrisul.com.br; www.pregaoonlinebanrisul.com.br ou www.canoas.rs.gov.br

Cristina Santos Tietbohl
Secretária, respondendo interinamente pela SMPG



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

EDITAL Nº. 166/2022 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 055/2022

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE CANOAS (RS), por intermédio da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SMPG), Diretoria de Licitações e Compras (DLC), torna público que realizará licitação, processado na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, em **REGIME DE REGISTRO DE PREÇOS**, com o critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO**, nos termos deste edital e de seus anexos, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET. **LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**. A presente licitação reger-se-á pela Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 106, de 3 de abril de 2018; Decreto Federal nº 10.024/2019, de 23 de setembro de 2019; Decreto Municipal nº 171, de 24 de maio de 2021 e legislação pertinente; subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e pelas condições previstas neste Edital e seus anexos.

1.2. Integram o presente edital os seguintes anexos.

Anexo I – Termo de referência.

Anexo II – Modelo de declarações relativas às exigências legais (Art. 4º, inciso VII, da Lei 10.520/2002, Inexistência de suspensão, impedimentos e/ou inidoneidade, Art. 7º, XXXIII da CF/88 e do artigo 27, inciso V, da Lei 8.666/93 e Quadro Societário)

Anexo III – Modelo de declaração de que não está incurso nos impedimentos do § 4º, artigo 3º, da Lei Complementar 123/2006.

Anexo IV - Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo V – Formulário de dados da empresa.

2. DO OBJETO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

2.1. A presente licitação visa o **REGISTRO DE PREÇOS** para fornecimento de alimentos não perecíveis, e de acordo com as condições contidas no Anexo I - Termo de Referência, que fará parte do Edital como anexo.

3. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

3.1. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos nos *sites* da **Prefeitura Municipal de Canoas**: www.canoas.rs.gov.br, link licitações e do **Banrisul**: www.pregaobanrisul.com.br ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br.

4. DA REALIZAÇÃO

4.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *internet*, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, através da utilização do aplicativo "**Licitações**", do **Portal Eletrônico do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A**, sendo os trabalhos conduzidos pelo(a) pregoeiro(a), com o suporte de sua equipe de apoio, os quais, juntamente, com a autoridade competente, formam o conjunto de operadores do sistema do Pregão Eletrônico.

5. DA DATA E DO HORÁRIO DA LICITAÇÃO

5.1. **Recebimento de propostas:** até às **09** horas e 59 minutos do dia 20/07/2022. **Abertura de Propostas:** às 10 horas do dia 20/07/2022.

5.2. Início da sessão e disputa de preços: **às 14 horas do dia 20/07/2022.**

6. DA PARTICIPAÇÃO

6.1. Respeitadas as condições normativas próprias e as constantes deste Edital, poderá participar desta licitação:

6.1.1. pessoa jurídica legalmente estabelecida no País que esteja devidamente credenciada nos termos do item 8 deste Edital;

6.1.1.1. qualquer pessoa jurídica cujo objeto social seja compatível com o objeto da licitação e que atenda a todas as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

6.1.2. empresa estrangeira, desde que apresente Decreto de Autorização para funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir e, ainda, atenda às exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por Tradutor Público e Intérprete Comercial, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

6.2. Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação o licitante enquadrado em qualquer das seguintes hipóteses:

6.2.1. declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, nas suas esferas federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 87, incisos III e IV, da Lei 8.666/1993, respectivamente;

6.2.2. que estejam temporariamente suspensos de participar em licitação e impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública;

6.2.3. com decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, salvo mediante autorização do juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial, sendo necessário apresentação dos seguintes documentos relativos à habilitação:

6.2.3.1. autorização do juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial, certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração Pública, levando em consideração o objeto a ser contratado neste certame específico;

6.2.3.2. plano de homologação da recuperação judicial em pleno vigor;

6.2.3.3. certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

6.2.3.4. todos os demais documentos referentes à habilitação previstos no edital;

6.2.3.5. a apresentação dos documentos elencados neste subitem são obrigatórios, salvo existência expressa na referida ordem judicial que dispense a licitante da apresentação.

6.2.4. submetido a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;

6.2.5. que possua em seu quadro societário, servidores (Efetivos ou Comissionados) do Município de Canoas, ou em suas autarquias e fundações, na condição de sócios ou administradores com poder de direção.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

6.2.6. em que o ramo de atividade não seja pertinente ou compatível com o objeto desta licitação;

6.2.7. cooperativas de trabalho, considerando a vedação contida no art. 5º da Lei federal nº 12.690/2012, salvo se legalmente viável e, nestes termos, autorizado expressamente no Termo de Referência;

6.2.8. empresas reunidas sob a forma de consórcio;

6.2.9. os interessados enquadrados nas hipóteses do art. 9º, da Lei 8.666/1993.

6.3. Não poderá participar desta licitação, ainda que direta ou indiretamente, servidor público da entidade ou do órgão contratante, ou responsável pela licitação.

6.3.1. Para fins do disposto no subitem 6.3, considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

6.4. Nenhum licitante poderá participar desta licitação com mais de uma proposta por lote.

6.5. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

7. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1. Os licitantes que comprovem, quando do envio da proposta inicial, o atendimento dos requisitos estabelecidos neste edital e em seus anexos e que estejam cadastrados/credenciados junto à Central de Compras do Estado do Rio Grande do Sul através do site www.pregaobanrisul.com.br ou www.celic.rs.gov.br, o enquadramento social de que trata este item, terão tratamento diferenciado e favorecido nos termos da Lei Complementar federal nº 123/2006.

7.1.1. A ME ou EPP interessada em participar da licitação deverá apresentar, na forma da Lei, juntamente com os documentos de habilitação, declaração formal, conforme anexo V, de que não está incurso em nenhum dos impedimentos do § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº. 123/2006, assinada por representante legal da licitante ou por procurador/credenciado, munido de procuração hábil, nos termos da Lei ou de carta de credenciamento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

7.1.2. A apresentação da Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte na forma eletrônica, dispensa a apresentação da Declaração de enquadramento na forma do Anexo V.

7.2. A ausência dessa declaração, no momento do envio da proposta, significará a desistência da microempresa e/ou de empresa de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar federal nº 123/2006.

7.3. Consideram-se empatadas as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que estiverem no limite de até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada, desde que esta não seja microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.3.1. a aplicação dos critérios de desempate estão previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no §2º do art. 3º da Lei Federal 8.666/1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

7.4. Ocorrendo o empate, nos termos da Lei Complementar federal nº 123/2006, a microempresa e empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta inferior à proposta de menor preço apurada no certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.4.1. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.5. No caso de não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte serão convocadas as empresas remanescentes, de mesmo enquadramento social, na ordem classificatória, para o exercício de mesmo direito, que se encontrem na situação de empate.

7.5.1. Na hipótese de não haver mais empresas de mesmo enquadramento social, o objeto da licitação será adjudicado para a empresa originalmente vencedora.

7.6. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar os documentos de habilitação, mesmo que estes apresentem alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de inabilitação.

7.6.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar documentos com restrições quanto à regularidade fiscal e trabalhista tem assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da declaração de vencedor da licitação, prorrogáveis por igual período, a critério



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.6.2. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

7.7. Não se aplicam os critérios de desempate previstos nos itens 7.3, 7.4, caso a licitação se destine exclusivamente a participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Os interessados em participar na presente licitação deverão estar regularmente credenciados junto ao provedor do sistema, dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis) através do site www.pregaobanrisul.com.br necessitando estar credenciadas junto à Sessão de Cadastro da Central de Compras/RS - CELIC, podendo também ser acessada através do site www.celic.rs.gov.br.

8.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

8.2.1. A chave de identificação e a senha recebida junto a CELIC poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou outro fato impeditivo de participação de licitação em órgãos públicos.

8.2.2. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao BANRISUL S/A. (provedor do sistema) ou ao Município de Canoas responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.2.3. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

8.3. O credenciamento do licitante ou de seu representante implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

8.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.5. No caso de participação de empresas em consórcio, o credenciamento e a operação do sistema eletrônico devem ser realizados pela empresa líder do consórcio.

9. DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Os licitantes deverão elaborar e enviar a proposta inicial e os documentos de habilitação até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em campo próprio do sistema, quando se encerrará a fase de recebimento de propostas e encaminhamento de documentos de habilitação.

9.2. Da Proposta

9.2.1. As propostas deverão ter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data da abertura da licitação.

9.2.2. Se não constar o prazo de validade, entende-se 60 (sessenta) dias.

9.2.3. A proposta de preços inicial deverá conter as características técnicas do produto ofertado, com especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas do objeto proposto e outros elementos que identifiquem suas configurações, indicando obrigatoriamente e expressamente, a sua marca e, se for o caso, o modelo, ou ainda declaração de pleno atendimento as especificações contidas no edital.

9.2.4. A escolha do material a ser utilizado para a comprovação das especificações técnicas do objeto proposto, quando solicitado, fica a critério da licitante, ressaltando-se que será desclassificado aquele que, seja qual for o motivo, venha a apresentar a documentação incompleta ou deixe de comprovar qualquer característica do objeto proposto ou não atenda a todas as exigências constantes no edital;

9.2.5 A proposta final deverá manter inalteradas as características, bem como a marca e modelo indicados no item 9.2.3.

9.2.6. As propostas deverão, sempre que possível, conter o código de barras do objeto ofertado.

9.2.6.1. O descumprimento do disposto no subitem 9.2.6 não motivará a desclassificação da proposta.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

9.2.7. Os licitantes deverão consignar o valor da proposta em reais, considerado suficiente e completo, já inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros, ainda que aqui não especificado, que possa incidir ou ser necessária à execução e ao cumprimento integral do objeto da licitação.

9.2.7.1. Será de inteira responsabilidade da licitante o preço proposto, não sendo consideradas reclamações por erros ou equívocos manifestados após a abertura das propostas, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.2.7.2. É de inteira responsabilidade do licitante obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos de qualquer natureza relativos ao objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.

9.2.8. A apresentação da proposta financeira pressupõe o pleno conhecimento e a plena aceitação, por parte da licitante, das normas, exigências e condições de habilitação estabelecidas no edital e seus anexos.

9.2.9. A eventual omissão na proposta financeira em relação a exigências do edital importa na submissão da licitante às normas nele estabelecidas.

9.2.10. Até data e hora marcada para o início da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

9.2.11. Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

9.2.12. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades.

9.2.13. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

9.3. Das Declarações

9.3.1. No momento do envio da proposta e dos documentos de habilitação, o licitante deverá prestar, por meio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

9.3.2.1. que está ciente das condições contidas neste Edital, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

9.3.2.2. que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua participação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

9.3.2.3. que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, se for o caso;

9.3.2.4. que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalvado na condição de aprendiz a partir de quatorze anos;

9.3.2.5. que assume o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, se for o caso, pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pela Administração Pública;

9.3.2.6. que os documentos anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, se for o caso, são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal 12.462/2011 e Decreto 171/2021 em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal.

9.3.3. As declarações mencionadas nos subitens anteriores são condicionantes para a participação no Pregão.

9.3.4. Nos casos de emissão de declaração falsa, o licitante estará sujeito à tipificação no crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 90 e 93 da Lei federal nº 8.666/1993, e ao art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Municipal 5.893/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Edital.

9.4. Dos Documentos de Habilitação

9.4.1. São exigidos os seguintes documentos de habilitação abaixo discriminados.

9.4.2. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:

9.4.2.1. registro comercial, no caso de empresa individual;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

9.4.2.2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.4.2.3. inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.4.2.4. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.4.2.5. enquadramento como empresa de pequeno porte ou microempresa emitido pela Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul ou Órgão equivalente de outro Estado da Federação, ou, ainda, pela forma prevista no art. 39A da Lei federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, acompanhada do modelo constante no Anexo V ou declaração na forma eletrônica, quando for o caso.

9.4.3. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

9.4.3.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.4.3.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.3.3. prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;

9.4.3.4. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.4.3.5. prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, emitida nos exatos termos da disposição do §2º do art. 642- A da CLT.

9.4.4. Documentos Relativos à Qualificação Técnica:

9.4.4.1. Cópia da Licença Sanitária Municipal, Estadual ou Federal/Alvará de Licença (Documento válido através da apresentação da própria certidão) da licitante, ou declaração, emitida por órgão sanitário, de dispensa de alvará/ licença sanitária, para licitantes que desempenhem atividades econômicas de baixo risco.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

9.4.4.2. Cópia da Licença Sanitária dos veículos adequados para Transporte de Alimentos, dentro do prazo de validade do Registro de Preços. Pertencentes a licitante ou a distribuidora.

9.4.4.2.1. Os veículos para transporte de alimentos perecíveis devem ser fechados e para os produtos que necessitem de controle de temperatura o transporte deve seguir a legislação estadual e ser adequado para tal transporte, mantendo a temperatura adequada. Os veículos deverão ser capazes de cumprir as entregas solicitadas, conforme às rotas do anexo I.

9.4.4.3. Comprovação de Capacidade Técnica, através da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde a licitante comprove **o fornecimento de objeto compatível em características, quantidades e prazos com objeto licitado.**

9.4.4.3.1. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) deve(m) conter as seguintes informações básicas: Nome do Contratado e do Contratante, identificação do contrato (tipo ou natureza do serviço/produto fornecido), produto e quantidade fornecida.

9.4.4.4. As amostras devem ser enviadas somente após a aprovação nessa etapa.

9.4.5. Documentos Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

9.4.5.1. Certidão negativa em matéria falimentar, de recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante. Será admitida a participação de empresas em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, mediante atendimento do subitem 6.2.3.1. e seguintes.

9.4.5.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, e autenticados em órgão competente, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 meses da data de apresentação da proposta. Com base nos dados extraídos do balanço será avaliada a capacidade financeira da licitante, na forma do Decreto Municipal nº 589/2005. A documentação necessária para a comprovação da capacidade econômico-financeira da licitante será constituída pelas demonstrações contábeis constantes do balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e notas explicativas, referente ao último exercício encerrado. De acordo com a data de abertura da licitação, há a impossibilidade de se exigir o balanço patrimonial antes do decurso do prazo de quatro meses seguintes ao término deste. Neste caso, poderão ser apresentadas as demonstrações contábeis do penúltimo exercício



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

social. A documentação para comprovação da capacidade econômica financeira constituir-se-á:

9.4.5.2.1. As empresas com escrituração digital deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED contábil constante na sede da empresa, apresentando:

- a) Termo de Autenticação com a identificação do Autenticador – Junta Comercial (do arquivo SPED Contábil);
- b) Balanço Patrimonial (do arquivo SPED contábil);
- c) Demonstração de Resultado do Exercício (do arquivo SPED contábil);
- d) Campo J800 com as Notas Explicativas

9.4.5.2.2. Não serão aceitas Demonstrações Contábeis, registradas em outro órgão competente, caso a empresa tenha feito a entrega do SPED Contábil, de acordo com art.39-A e art.39-B da Lei nº 8.934/1994.

9.4.5.2.3. No momento da análise financeira, a Administração se reservará o direito de exigir a cópia de segurança do arquivo SPED, devidamente autenticado pela Receita Federal do Brasil, para fins de verificação de autenticidade.

9.4.5.2.4. As empresas com escrituração em meio papel deverão apresentar documento autenticado em órgão competente, como segue:

- a) Termo de Abertura e Encerramento;
- b) Balanço Patrimonial;
- c) Demonstração do Resultado do Exercício;
- d) Notas Explicativas.

9.4.5.3. É dispensada a exigência dos item 9.4.5.2 para o Microempreendedor Individual – MEI, que está prescindido da elaboração do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis na forma do §2º do art. 1.179 do Código Civil – Lei nº 10.406/02;

9.4.5.4. O licitante enquadrado como microempresa e empresa de pequeno porte estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, na forma do art. 3º da Decreto Municipal 106/2018.

9.4.6. Documentos Complementares para Habilitação:

9.4.6.1. Os documentos para habilitação serão complementados, conforme o caso, de acordo com o que está disposto no Anexo I - Termo de Referência.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

9.4.6.2 O Cartão de Registro Cadastral (CRC) junto ao Município, emitido pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SMPG), substituem os documentos para habilitação que nele constam, exceto os relativos ao item 9.4.4. Documentos Relativos à Qualificação Técnica.

9.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9.6. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, no prazo definido pelo pregoeiro de, no mínimo, 02 (duas) horas.

10. DA OPERACIONALIZAÇÃO DA SESSÃO ELETRÔNICA

10.1. Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no endereço eletrônico mencionado nos **itens 7.1 e 8.1**.

10.2. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.

10.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

10.4. Se ocorrer a desconexão do pregoeiro durante a etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.4.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e **reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas** após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.5. No caso de desconexão do licitante, o mesmo deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

11. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

11.1. Todas as referências de tempo citadas no aviso da licitação, neste Edital, e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

12. DA ABERTURA DA PROPOSTA E DA ETAPA COMPETITIVA

12.1. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e na hora indicadas no **item 5**.

12.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente pelo sistema eletrônico.

12.2.1. Não será aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou *e-mail*.

12.3. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

12.4. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real pelos licitantes, anexando-se cópia das propostas desclassificadas aos autos do processo licitatório.

12.5. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro.

12.6. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

12.7. Os licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

12.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.

12.9. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

12.9.1. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

12.10. Durante o transcurso da sessão, os licitantes terão informações, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

12.11. A apresentação de lances respeitará o intervalo mínimo de diferença de valor/percentual estabelecido no **Anexo I – Termo de Referência**.

12.12. Não poderá haver desistência dos lances ofertados após a abertura da sessão, sujeitando-se os licitantes desistentes às sanções previstas neste Edital, salvo as decorrentes de caso fortuito ou imprevisível com a devida justificativa aceita pelo pregoeiro.

12.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

12.14. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

12.15. A disputa ocorrerá pelo modo aberto.

12.16. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

12.17. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

12.18. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 12.16 e 12.17 a sessão pública será encerrada automaticamente.

12.19. No caso da sessão encerrar sem prorrogação automática, o pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, mediante justificativa, aplicando-se os subitens 12.16 e 12.17.

12.20. Definida a proposta vencedora, para fins de empate ficto, aplica-se o disposto no item 7.3, se for o caso.

13. DA NEGOCIAÇÃO

13.1. Após o encerramento da etapa de lances e da aplicação do empate ficto, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, visando a que seja obtida melhor proposta, observado o critério de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

julgamento estabelecido, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.

13.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14. DA ACEITABILIDADE E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

14.1. O licitante classificado em primeiro lugar, por convocação e no prazo definido pelo pregoeiro de, no mínimo 02 (duas) horas, deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao valor proposto, exclusivamente, por meio eletrônico (no endereço constante dos itens 7.1 e 8.1), a qual fará parte do contrato como anexo, bem como os documentos de habilitação complementares a serem definidos pelo pregoeiro.

14.2. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta, habilitação ou a documentação complementar solicitada, será desclassificado e estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

14.3. O pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do órgão ou entidade contratante ou de terceiros, para orientar sua decisão.

14.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

14.5. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie expressamente à parcela ou à totalidade de remuneração.

14.6. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos deste Edital, será desclassificada aquela que:

14.6.1. não atenda às exigências do ato convocatório da licitação;

14.6.2. apresentar preços em desacordo com os critérios de aceitabilidade estabelecidos no Anexo I – Termo de Referência;

14.6.3. apresentar preços manifestamente inexequíveis não comprovando sua exequibilidade.

14.7. Em caso de divergência entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

14.8. A Administração concederá ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

14.8.1. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante a sua demonstração;

14.8.2. se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, o pregoeiro poderá adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

14.8.2.1. questionamentos junto ao licitante para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;

14.8.2.2. pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

14.8.2.3. verificação de outros contratos que o licitante mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;

14.8.2.4. pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

14.8.2.5. verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo licitante;

14.8.2.6. estudos setoriais;

14.8.2.7. consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

14.8.2.8. análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para o fornecimento;

14.8.2.9. demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

14.8.3. Será considerada inexecuível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

14.9. Será vencedor o licitante que atender a íntegra do Edital e ofertar o menor preço.

14.10. A classificação dos lances apresentados, a indicação da proposta vencedora e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

15. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

15.1. Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o pregoeiro procederá ao que segue:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

15.1.1. na falta de consignação do prazo de validade dos documentos arrolados no subitem 9.4, serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão.

15.1.2. os documentos referentes à habilitação do licitante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública.

15.1.2.1. Caso a data do julgamento da habilitação não coincidir com a da abertura da sessão, e não for possível ao pregoeiro verificar esta condição por meio de consulta a sites oficiais, o licitante será convocado a encaminhar no prazo de no mínimo 2 (duas) horas, documento válido que comprove sua condição de habilitação na data da convocação, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

15.1.2.2. Convocado o licitante na forma do item 15.1.2.1, fica dispensada a comprovação de que o mesmo estava habilitado na data de abertura da sessão, considerando-se para fins de habilitação, somente a data da sua última convocação.

15.1.3. se os documentos para habilitação não estiverem completos e corretos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, considerando o disposto no item 16.4.3, o pregoeiro considerará o licitante inabilitado;

15.2. no caso de inabilitação do primeiro classificado, serão retomados os procedimentos descritos no item 13, respeitada a ordem de classificação do licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do Edital.

15.3. na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no prazo por este definido, de no mínimo 2 (duas) horas.

15.4. Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação e a acusar o aceite da Nota de Empenho no prazo fixado pela Administração, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

15.5. Os documentos deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil e as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

com tradução livre. Para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

15.6. Nos casos de apresentação de documento falso, o licitante estará sujeito à tipificação nos crimes de falsidade, previstos nos artigos 297 e 298 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 90 e 93 da Lei federal nº 8.666/1993, e no art. 5º da Lei federal 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Edital.

15.7. Os documentos apresentados pelo licitante que forem emitidos pela *internet*, ou que sejam substituídos pelo CEF, terão sua validade verificada pelo Pregoeiro no momento da habilitação.

16. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES, RECURSOS E DEMAIS DISPOSIÇÕES

16.1. Dos Pedidos de Esclarecimentos

16.1.1. Os esclarecimentos quanto ao Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da licitação, exclusivamente pelo sistema.

16.1.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

16.1.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

16.2. Das Impugnações ao Edital

16.2.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio do sistema, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

16.2.2. Decairá do direito de impugnação ao Edital o licitante que não se manifestar em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, apontando as falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

16.2.3. O licitante que apresentar impugnação deverá encaminhar suas razões fundamentadas ao pregoeiro em campo próprio do sistema, que responderá e submeterá à aprovação da autoridade competente.

16.2.4. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

16.2.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.2.6. A impugnação feita tempestivamente não impedirá o licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

16.2.7. Acolhida a impugnação contra o instrumento convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, quando da resposta resultar alteração que interfira na elaboração da proposta.

16.3. Dos Recursos

16.3.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, com registro em ata da síntese das suas razões.

16.3.2. Será concedido o prazo de 3 (três) dias, contados da declaração de vencedor, para o licitante interessado apresentar suas razões fundamentadas, exclusivamente no sistema em que se realiza o certame, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

16.3.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

16.3.4. Caberá ao pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente, devidamente informados, quando mantiver a sua decisão.

16.3.5. A autoridade competente deverá proferir a sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do recurso.

16.3.6. A petição de recurso dirigida à autoridade competente, por intermédio do pregoeiro, deverá ser fundamentada e encaminhada eletronicamente por meio do sistema.

16.3.7. O recurso será conhecido pelo pregoeiro, se for tempestivo, se estiver fundamentado conforme as razões manifestadas no final da sessão pública, se estiver de acordo com as condições deste Edital e se atender as demais condições para a sua admissibilidade.

16.3.8. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.3.9. Os arquivos eletrônicos com textos das razões e contrarrazões serão encaminhados eletronicamente por meio do sistema.

16.3.10. O recurso terá efeito suspensivo.

16.4. Disposições Gerais

16.4.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e se incluirá o do vencimento.

16.4.2. Os prazos previstos neste Edital iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito do órgão/entidade em que se realiza a licitação.

16.4.3. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

16.4.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 16.4.3, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

17. DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

17.3. A Comissão de Registro de Preços do DLC/SMPG convocará regularmente a licitante vencedora para assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogável por uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da sanção prevista no item 24.2.3.

17.4. É facultado à administração, quando a convocada não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, sem prejuízo da sanção prevista no item 24.2.3.

17.5. Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar a ata de registro de preços ou solicitar reajuste do preço e/ou reequilíbrio econômico-financeiro do objeto cujo resultado deferido elevar seu preço a preço maior do que o segundo menor preço registrado, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, conforme disposição do Decreto Municipal 354/2015. Neste caso persistirão as obrigações referidas neste edital e na ata de registro de preços para o novo fornecedor detentor do menor preço.

17.6. Observados os critérios e condições estabelecidos neste edital, a administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela administração, observadas as condições do edital e o preço registrado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

17.7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, assegurado o direito de preferência ao detentor da ata de registro de preços, em igualdade de condições de acordo com o Decreto Municipal 354/2015.

18. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. A ata de registro de preços oriunda desta licitação poderá ser aderida mediante o cumprimento das seguintes fases a serem ultrapassadas: recebimento da manifestação de interesse em aderir a uma ata de registro de preços gerenciada pelo município; resposta ao órgão interessado, indicando os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados; interesse do fornecedor em atender ao pedido observadas as condições estabelecidas na ata, optando pela aceitação ou não do fornecimento e desde que esta adesão não comprometa o fornecimento do material/serviço ao Município de Canoas.

19. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

19.1. O objeto deverá ter garantia contra defeitos dos produtos contratado, a contar da data de expedição do termo de recebimento definitivo e/ou carimbo de certificação/aceitação do objeto na fatura.

19.2. O objeto deverá ser compatível com as normas técnicas exigíveis.

19.3. O **prazo de entrega**: Conforme Anexo I - Termo de Referência deste edital.

19.4. **Local e horário de entrega**: Conforme termo de referência deste edital.

19.5. Além da entrega no(s) local(is) designado(s) pelo município, deverá a contratada também descarregar e armazenar os materiais, comprometendo-se, ainda, integralmente com eventuais danos causados aos mesmos.

19.6. Toda e qualquer entrega, fora do local e/ou fora das especificações estabelecidas neste edital fará com que a contratada seja notificada por escrito, a qual ficará obrigada a recolher/substituir os mesmos, o que fará prontamente, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal recolhimento/substituição, sendo aplicadas, se necessário, as sanções previstas no item 10.4. deste edital.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

19.7. A fiscalização por parte do município e o recebimento provisório ou definitivo, não excluem a responsabilidade civil da contratada pela correção e/ou substituição do objeto contratual, bem como pelos danos ou prejuízos causados ao município ou a terceiros decorrentes de defeitos de fabricação/desconformidades com as normas técnicas exigíveis, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

19.8. As embalagens quanto a entrega, deverão estar devidamente acondicionados para evitar danos no transporte e armazenamento, devendo serem apresentados em suas embalagens originais, visando a validação dos dados dos fabricantes, especificações técnicas.

20. DO PAGAMENTO

20.1. Para o efetivo pagamento a contratada estará sujeita ao cumprimento das disposições contidas no Decreto 196/2018.

20.2. A nota fiscal/ fatura relativa a aquisição do objeto deverá ser apresentada junto a Unidade de Liquidação (UL) da Secretaria Municipal da Fazenda (SMF), conforme art.11 do Decreto 012/2013.

20.3. As notas fiscais/faturas entregues não deverão portar vícios ou incorreções que impossibilitem ou atrasem o pagamento, hipótese em que a contratada suportará os ônus decorrentes do atraso.

20.4. O objeto será pago em até 30(trinta) dias contar da data da entrega da nota fiscal/fatura na Unidade de Liquidação da Secretaria Municipal da Fazenda (SMF), que deverá ocorrer até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação de:

20.4.1. Nota fiscal/fatura.

20.4.2. Termo de fiscalização aprovado e emitido pela Secretaria Municipal responsável.

21. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

21.1. O preço cotado será fixo e irrevogável durante a vigência da ata de registro de preços.

21.2. Pedidos de Reequilíbrio econômico-Financeiro relativamente aos preços registrados serão analisados conforme disposições dos Decretos Municipais 354/2015 e 12/2013.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

22. DA FONTE DE RECURSOS

22.1. As despesas decorrentes do contrato objeto desta licitação correrão por conta de recurso da seguinte dotação orçamentária constata do PA (Pedido e Autorização) para a aquisição do respectivo objeto.

23. DAS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

23.1. Se a Administração Pública relevar o descumprimento, no todo ou em parte, de quaisquer obrigações do adjudicatário, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar essas mesmas obrigações, as quais permanecerão inalteradas como se nenhuma omissão ou tolerância houvesse ocorrido.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. A participação na licitação sujeita as sanções administrativas que seguem.

24.2. Quanto procedimento da licitação:

24.2.1. Deixar de apresentar a documentação exigida: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de um ano e multa compensatória equivalente a 30% sobre o valor da multa apurada por inexecução total, da tabela de referência:

24.2.1.1. A inabilitação decorrente da interpretação subjetiva da área técnica quanto à comprovação da capacidade técnica ou econômica não será fato gerador para a aplicação da penalidade prevista no subitem anterior.

24.2.2. Manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de seis meses;

24.2.2.1. Deixar de manter a proposta: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de cinco anos e multa compensatória, calculada sobre o valor da proposta, atualizada até o momento da notificação para apresentação da defesa;

24.2.3. Quem convocado não assinar a ata de registro de preços, apresentar documentação falsa exigida para a licitação ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

com a administração e será descredenciado no DLC/SMPG pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na ata de registro de preços.

24.3. Na execução do objeto:

24.3.1. Pelo inadimplemento das obrigações, a contratada estará sujeita às seguintes penalidades que seguem:

24.3.1.1. Advertência escrita, para a correção de irregularidades que não possuam gravidade suficiente para caracterizar infração passível de levar a uma medida mais drástica.

24.3.2. Multa moratória, tendo como parâmetro os seguintes valores contratuais e percentuais:

Valores contratuais até R\$ 500.000,00 0,30%

De R\$ 500.000,01 e R\$ 1.500.000,00 0,20%

De R\$ 1.500.000,01 e R\$ 5.000.000,00 0,08%

De R\$ 5.000.000,01 e R\$ 20.000.000,01 0,04%

Acima de R\$20.000.000,00 0,02%

24.3.3. Os percentuais serão aplicados por dia de atraso no cumprimento de qualquer das obrigações, calculada sobre o valor total da contratação, atualizado monetariamente, desde o primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, que deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias, depois do qual será considerada inexecução contratual.

24.4. Multa compensatória tendo como parâmetro os seguintes valores contratuais e percentuais:

Valores Contratuais até R\$ 500.000,00 10%

De R\$ 500.000,01 e R\$ 1.500.000,00 8%

De R\$ 1.500.000,01 e R\$ 5.000.000,00 6%

De R\$ 5.000.000,01 e R\$ 20.000.000,00 4%

Acima de R\$ 20.000.000,01 2%

24.4.1. A aplicação da multa compensatória obedecerá ao seguinte critério:

a) no caso de inexecução parcial da obrigação, a multa compensatória será aplicável sobre o montante inadimplido, atualizado até o momento da notificação para apresentação da defesa;

b) no caso de inexecução total da obrigação, a multa compensatória será aplicável sobre o valor do ajuste, atualizado até o momento da notificação para apresentação da defesa.

24.5. O descumprimento integral da obrigação, além da aplicação das multas moratória e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

compensatória será aplicada, cumulativamente, a pena de:

a) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de cinco anos, no caso de inexecução parcial/total do contrato;

24.6. Quando a contratada causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual e negar-se a indenizar o erário administrativamente, será aplicada a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, conforme artigo 87, inciso IV da Lei 8.666/93.

24.7. A recusa em aceitar a nota de empenho, ordem de serviço ou ordem de fornecimento, sujeita à infratora a mesma penalidade aplicável pelo inadimplemento total da obrigação, por aplicação simétrica ao que dispõe o art. 81, da Lei 8.666/93. 12.

25. DAS AMOSTRAS:

25.1. Para os itens 2, 3, 4, 5, 18, 33, 34, 35, 37, 41, 45, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 86, 87, NÃO é necessário encaminhar amostra. Os produtos devem atender todas as especificações do edital, serão revisados conforme a marca comercial apresentada na proposta cabendo reprovação no caso do produto não estar em conformidade.

25.2. Para os demais itens da tabela 10.1, a (s) empresa (s) classificada (s) no item 7.1 (qualificação técnica) deverá (ão) apresentar amostra somente para os itens **que não possuam marca pré-aprovada**, (uma unidade de cada produto embalado da mesma forma que será entregue, se vencedor da licitação), no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação do resultado da qualificação técnica, sendo que este prazo não será prorrogado. As marcas pré aprovadas estão sinalizadas na tabela do item 10.1. Fichas técnicas serão necessárias somente se não constar a lista de ingredientes no rótulo do produto enviado como amostra.

25.3. As amostras devem ser encaminhadas a Unidade de Alimentação Escolar/SME, na Rua Monte Castelo, 340, - Bairro Nossa Senhora das Graças – Canoas/RS. Horário: 10-12h e 13-17h. Telefone: 34257701, opção 4.

OBS: As marcas pré-aprovadas foram avaliadas e aprovadas previamente nas seguintes licitações: edital 03/2019 - RP 01/2019 e edital 52/2020 - RP 15/2020 – RP 032/2021.

25.4. As nutricionistas da SME e SMC analisarão as amostras e expedirão termo de aprovação/reprovação, que será anexado aos autos do processo e publicado na ata de julgamento da sessão pública.

25.5. As amostras submetidas à apreciação técnica serão avaliadas sobre os seguintes itens:

a) análise sensorial (sabor, odor, consistência, aparência),



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

- b) adequação com a especificação técnica do item no edital,
- c) verificação da embalagem (legislação vigente e gramagem conforme descrição do edital).

25.6. Sendo aprovada(s) a(s) amostra(s), a licitante será declarada vencedora. Caso não seja(m) aprovada(s) a(s) amostra(s), o(a) pregoeiro(a) convocará a(s) licitante(s) subsequentes, na ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital. A não apresentação das amostras ou sua apresentação em não conformidade implicará na desclassificação da proposta proponente no respectivo certame.

25.7. Os rótulos dos produtos devem estar de acordo com as normativas da ANVISA.

25.8. A(s) amostra(s) apresentada(s) deverão estar identificadas com etiqueta, constando: Edital nº xxx/2022 - PE Nº xxx/2022 – RP Nº xxx/2022, razão social da empresa, marca do produto e nº do item constante no anexo do Edital.

8.9 As amostras não serão devolvidas.

26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. As atas serão geradas eletronicamente após o encerramento da sessão pública pelo pregoeiro.

26.1.1. Nas atas da sessão pública, deverão constar os registros dos licitantes participantes, das propostas apresentadas, da análise da documentação de habilitação, das manifestações de intenção de interposição de recursos, se for o caso, do respectivo julgamento dos recursos, e do vencedor da licitação;

26.1.2. Os demais atos licitatórios serão registrados nos autos do processo da licitação.

26.2. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital, pois a simples apresentação da proposta o vincula de modo incondicional ao competitivo.

26.3. A falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

26.4. O contratado deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores do órgão ou entidade contratante e dos órgãos de controle interno e externo.

26.5. O presente Edital, bem como a proposta vencedora, farão parte integrante do instrumento de contrato (Nota de Empenho), como se nele estivessem transcritos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

26.6. Durante a execução do contrato/nota de empenho, a contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação, prestar as informações solicitadas pelo município dentro dos prazos estipulados, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes da licitação.

26.7. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior convocar os licitantes para quaisquer esclarecimentos necessários ao entendimento de suas propostas.

26.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

26.9. Aplicam-se aos casos omissos as disposições constantes na Lei federal nº 8.666/1993.

26.10. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.11. Fica eleito o foro da Comarca de Canoas, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas a este Edital ou ao contrato vinculado a esta licitação.

Canoas, 09 de maio de 2022.

Cristina Santos Tietbohl

Secretária, respondendo interinamente pela SMPG



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Aquisição de alimentos não perecíveis para SME e SMC.

1. JUSTIFICATIVA

1.1 Justificamos o pedido anexo para compor o Registro de Preços para posterior aquisição, fornecimento e abastecimento de alimentos para a Secretaria Municipal de Educação (SME) e a Secretaria Municipal de Cidadania (SMC). Nesses locais são fornecidas refeições aos usuários atendidos conforme cardápio estabelecido pelo nutricionista responsável. As quantidades estimadas no pedido são para atender por um período aproximado de 12 meses, com margem significativa para atender alguma demanda emergencial. Foi realizada pesquisa de preços e os valores encontram-se de acordo com os praticados no mercado, sendo utilizada aqui a média dos valores cotados.

2. OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a seleção de propostas visando o registro de preços para fornecimento de alimentos não perecíveis, conforme especificações constantes no quadro do item 10.1 deste termo de referência. A vigência será pelo período de doze meses, a contar da assinatura da ata de registro de preços.

3. ESTIMATIVA DE CUSTO E CONSUMO

3.1. Do orçamento estimado: para obter a avaliação do custo pela administração, o DLC/SMPG utilizou-se dos valores encaminhados pelo requisitante, conforme comprovam os documentos acostados ao processo. Os valores de mercado definiram a estimativa da contratação, onde o órgão requisitante definiu expressamente o valor máximo aceitável, sendo estabelecido pela média dos valores propostos, no presente procedimento. Esta foi a alternativa utilizada pela administração para aferir os valores envolvidos. Os valores cotados extremamente acima ou abaixo dos valores de mercado foram eliminados e a média foi fixada a partir de no mínimo 3 propostas para o gênero alimentício em questão, sendo que um dos valores utilizados foi obtido de plataformas oficiais de preços (FNDE resolução 06, de 08 de maio de 2020).

4. DO ENDEREÇO E PRAZO DE ENTREGA

4.1. As entregas dos gêneros não perecíveis deverão ser feitas, **uma vez por mês ou quinzenalmente**, quando houver necessidade, **diretamente nos locais nos dias indicados nas Planilhas de Entrega fornecidas pela**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

SMC e SME, seguindo a rota e turno estabelecidos no anexo I deste edital, **sendo o prazo de até 4 dias para realizar as entregas em todas as escolas municipais**. Fica proibido alterar rota, turno ou dia de entrega, sem aviso prévio e autorização da SME ou SMC, pois as rotas impedem que ocorra colisão de entregas no mesmo dia e horário. Os dias de entrega, rota e turno podem ser alterados somente quando houver necessidade da SME e/ou SMC, nesse caso a empresa responsável pela entrega será notificada formalmente com até 2 dias úteis de antecedência. As rotas, endereços de entrega, turno e dia da semana estão dispostos no anexo I. No caso do dia da entrega ser feriado, fica pré definido que a entrega obrigatoriamente passará para o próximo dia útil. Para qualquer atraso, alteração da rota, data/dia da entrega ou turno sem autorização prévia da SME e/ou SMC caberá às devidas sanções do edital. Atualmente são 97 pontos de entrega, sendo em média 20 pontos de entrega por turno, mas esse número pode sofrer alterações durante a vigência do Registro de Preços, assim como demais Secretarias poderão realizar compras e indicar locais de entregas.

Os pedidos serão enviados para as empresas contratadas em até 5 dias de antecedência da data da entrega, sendo que situações emergenciais deverão ser imediatamente supridas a fim de garantir a adequação dos serviços de alimentação. A contratante poderá solicitar cancelamento e/ou alterações do pedido de gêneros constantes nas planilhas fornecidas com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da entrega, assim como a contratada deverá atender imediatamente situações emergenciais solicitadas pela SMC ou SME.

Eventuais problemas nas entregas dos produtos deverão ser imediatamente comunicados à (s) Secretaria (s) solicitante (SMC e SME). O servidor ou o responsável pelo recebimento do produto fará a avaliação das características do mesmo na ocasião da entrega, estando autorizado a recusá-lo se não estiver de acordo com o descrito neste edital, no termo de aprovação da amostra, ou nas amostras já aprovadas anteriormente, ou com a legislação pertinente. Nesse caso, a empresa contratada deverá substituir o produto em desacordo no prazo máximo de 1 (um) dia útil, a contar da entrega, assim como deverá substituir produtos que somente após a abertura e utilização for possível verificar a desconformidade. O não cumprimento dos prazos implicará nas penalidades previstas no edital.

Durante a execução do Contrato / Nota de Empenho, a Contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação, prestar as informações solicitadas pelo Município dentro dos prazos estipulados, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes da licitação. Além da entrega no(s) local (is) designado(s) pelo Município, deverá a Contratada também descarregar e armazenar os gêneros, próximos a área da cozinha ou despensa, comprometendo-se, ainda, integralmente com eventuais danos causados aos mesmos. Toda e qualquer entrega, fora do local, rota e/ou fora das especificações estabelecidas neste Edital fará com que a contratada seja notificada por escrito, a qual ficará obrigada a recolher/substituir os mesmos, o que fará



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

prontamente, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal recolhimento / substituição, sendo aplicadas, se necessário, as sanções previstas no item sobre penalidades deste Edital.

Os nutricionistas responsáveis pelos alimentos da Prefeitura de Canoas poderão realizar visitas técnicas aos fornecedores e verificar se o local está cumprindo as Boas Práticas de Fabricação e Manipulação, conforme legislação específica para cada tipo de alimento. Em casos que seja constatada a inadequação do cumprimento das normas, o fornecedor poderá ser desclassificado, inclusive durante a vigência do registro de preços.

5. ELABORAÇÃO DA PROPOSTA FINANCEIRA

Por tratar-se de registro de preços o valor proposto será cotado para a unidade especificada no quadro do item 10.1 deste termo de referência.

5.1. Os preços apresentados são os máximos aceitáveis para cada item. Propostas finais superiores ao máximo aceitável serão desclassificadas.

5.2. A marca dos produtos deverá ser especificada. Poderá ser proposta mais de uma marca, mantendo-se um só preço. A administração à época da contratação poderá receber qualquer uma das marcas aprovadas colocadas na proposta da empresa. Porém, a qualquer momento a equipe de nutricionistas poderá reprovar alguma marca pré-aprovada se ao longo das entregas a mesma não estiver de acordo com os parâmetros avaliados anteriormente, ou se ocorrer alguma alteração na sua composição que não cumpra a descrição do item ao qual a empresa está concorrendo neste edital.

6. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1. O critério de julgamento das propostas financeiras será o de menor preço por item, desde que cumpridas as exigências técnicas do presente termo de referência.

7. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

7.1. As exigências técnicas de habilitação são as constantes do edital, conforme segue abaixo:

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA FINS DE HABILITAÇÃO. Documentação que deve ser apresentada:

Serão exigidos os seguintes documentos para fins de habilitação técnica:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

* Cópia da Licença Sanitária Municipal, Estadual ou Federal/Alvará de Licença (Documento válido através da apresentação da própria certidão) da licitante, ou declaração, emitida por órgão sanitário, de dispensa de alvará/licença sanitária, para licitantes que desempenhem atividades econômicas de baixo risco.

* Cópia da Licença Sanitária dos veículos adequados para Transporte de Alimentos, dentro do prazo de validade do Registro de Preços. Pertencentes a licitante ou a distribuidora.

* Os veículos para transporte de alimentos perecíveis devem ser fechados e para os produtos que necessitem de controle de temperatura o transporte deve seguir a legislação estadual e ser adequado para tal transporte, mantendo a temperatura adequada. Os veículos deverão ser capazes de cumprir as entregas solicitadas, conforme às rotas do anexo I.

* **Comprovação de Capacidade Técnica**, através da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde a licitante comprove **o fornecimento de objeto compatível em características, quantidades e prazos com objeto licitado.** O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) deve(m) conter as seguintes informações básicas: Nome do Contratado e do Contratante, identificação do contrato (tipo ou natureza do serviço/produto fornecido), produto e quantidade fornecida.

7.2 As amostras devem ser enviadas somente após a aprovação nessa etapa.

8. DAS AMOSTRAS:

8.1. Para os itens 2, 3, 4, 5, 18, 33, 34, 35, 37, 41, 45, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 86, 87, NÃO é necessário encaminhar amostra. Os produtos devem atender todas as especificações do edital, serão revisados conforme a marca comercial apresentada na proposta cabendo reprovação no caso do produto não estar em conformidade.

8.2 Para os demais itens da tabela 10.1, a (s) empresa (s) classificada (s) no item 7.1 (qualificação técnica) deverá (ão) apresentar amostra somente para os itens **que não possuam marca pré-aprovada**, (uma unidade de cada produto embalado da mesma forma que será entregue, se vencedor da licitação), no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação do resultado da qualificação técnica, sendo que este prazo não será prorrogado. As marcas pré aprovadas estão sinalizadas na tabela do item 10.1. Fichas técnicas serão necessárias somente se não constar a lista de ingredientes no rótulo do produto enviado como amostra.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

8.3 As amostras devem ser encaminhadas a Unidade de Alimentação Escolar/SME, na Rua Monte Castelo, 340, - Bairro Nossa Senhora das Graças – Canoas/RS. Horário: 10-12h e 13-17h. Telefone: 34257701, opção 4.

OBS: As marcas pré-aprovadas foram avaliadas e aprovadas previamente nas seguintes licitações: edital 03/2019 - RP 01/2019 e edital 52/2020 - RP 15/2020 – RP 032/2021.

8.4. As nutricionistas da SME e SMC analisarão as amostras e expedirão termo de aprovação/reprovação, que será anexado aos autos do processo e publicado na ata de julgamento da sessão pública.

8.5. As amostras submetidas à apreciação técnica serão avaliadas sobre os seguintes itens:

- a) análise sensorial (sabor, odor, consistência, aparência),
- b) adequação com a especificação técnica do item no edital,
- c) verificação da embalagem (legislação vigente e gramagem conforme descrição do edital).

8.6. Sendo aprovada(s) a(s) amostra(s), a licitante será declarada vencedora. Caso não seja(m) aprovada(s) a(s) amostra(s), o(a) pregoeiro(a) convocará a(s) licitante(s) subsequentes, na ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital. A não apresentação das amostras ou sua apresentação em não conformidade implicará na desclassificação da proposta proponente no respectivo certame.

8.7. Os rótulos dos produtos devem estar de acordo com as normativas da ANVISA.

8.8. A(s) amostra(s) apresentada(s) deverão estar identificadas com etiqueta, constando: Edital nº 166/2022 - PE RP Nº 055/2022, razão social da empresa, marca do produto e nº do item constante no anexo do Edital.

8.10 As amostras não serão devolvidas.

9. EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1. Por se tratar de registro de preços, será lavrada ata de registro de preços, de acordo com a minuta constante do anexo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

9.2. No caso de solicitação de reequilíbrio financeiro por parte da contratada ou contratante, a contratada deverá manter as entregas dos produtos, até a publicação do resultado da solicitação, a fim de não prejudicar a oferta da alimentação nos programas atendidos.

10. ORÇAMENTO ESTIMADO

10.1. A descrição técnica e os valores máximos aceitáveis unitários são os constantes do quadro:

Item	Unidade	Quantidade	DESCRIÇÃO	Valor Máximo Unitário R\$
1	Kg	2.000 kg	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Achocolatado em pó. Embalagem de até 500g. Prazo mínimo de validade: 12 meses. Marcas aprovadas: Nescau, Nutrilândia, Muky, Celli INDICAR MARCA: SMC: 2.000 Kg SME: 0 Kg	R\$ 11,30
2	Kg	10.500 kg	COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) Açúcar mascavo. Embalagem de até 1 kg. Prazo mínimo de validade: 12 meses. NÃO É NECESSÁRIO ENVIAR AMOSTRA. SMC: 1.000 Kg	R\$ 10,37



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

			SME: 13.000 Kg	
3	Kg	3.500 kg	COTA RESERVADA (25%) – APENAS ME/EPP Açúcar mascavo. Embalagem de até 1 kg. Prazo mínimo de validade: 12 meses. NÃO É NECESSÁRIO ENVIAR AMOSTRA. SMC: 1.000 Kg SME: 13.000 Kg	R\$ 10,37
4	Kg	25.500 kg	COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA POR CENTO) Açúcar refinado. Embalagem de até 01 kg. Prazo mínimo de validade: 12 meses. NÃO É NECESSÁRIO ENVIAR AMOSTRA. INDICAR MARCA: SMC: 15.000 Kg SME: 19.000 Kg	R\$ 4,63



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

5	Kg	8.500 kg	COTA RESERVADA (25%) – APENAS ME/EPP Açúcar refinado. Embalagem de até 01 kg. Prazo mínimo de validade: 12 meses. NÃO É NECESSÁRIO ENVIAR AMOSTRA. INDICAR MARCA: SMC: 15.000 Kg SME: 19.000 Kg	R\$ 4,63
6	kg	7.650 kg	COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA POR CENTO) Amido de milho. Embalagem de até 500g. Prazo mínimo de validade: 12 meses. Marcas aprovadas: Nutrivita, Aпти INDICAR MARCA: SMC:200 kg SME: 10.000 kg	R\$ 8,07



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

7	Kg	2.550 kg	COTA RESERVADA (25%) – APENAS ME/EPP Amido de milho. Embalagem de até 500g. Prazo mínimo de validade: 12 meses. Marcas aprovadas: Nutrivita, Apti INDICAR MARCA: SMC:200 kg SME: 10.000 kg	R\$ 8,07
8	kg	21.900 kg	COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA POR CENTO) Arroz integral tipo 1, longo, fino. Embalagem primária: sacos plásticos de 1 kg. Prazo mínimo de validade: 6 meses. Marcas aprovadas: Blue Soft, Super Ouro, Rozcato INDICAR MARCA: SMC:1.200 kg SME: 28.000 kg	R\$6,00
9	Kg	7.300 kg	COTA RESERVADA (25%) – APENAS ME/EPP Arroz integral tipo 1, longo, fino. Embalagem primária: sacos plásticos de 1 kg. Prazo mínimo de validade: 6 meses.	R\$6,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

			Marcas aprovadas: Blue Soft, Super Ouro, Rozcato INDICAR MARCA: SMC:1.200 kg SME: 28.000 kg	
10	kg	81.000 kg	COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA POR CENTO) Arroz parboilizado tipo 1. Embalagens de 1 kg. Prazo mínimo de validade: 12 meses. Marcas Aprovadas: Blue Soft, Super Ouro, Rozcato INDICAR MARCA: SMC:8.000 kg SME: 100.000 kg	R\$ 4,23
11	Kg	27.000 kg	COTA RESERVADA (25%) – APENAS ME/EPP Arroz parboilizado tipo 1. Embalagens de 1 kg. Prazo mínimo de validade: 12 meses. Marcas Aprovadas: Blue Soft, Super Ouro, Rozcato INDICAR MARCA: SMC:8.000 kg	R\$ 4,23



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

			SME: 100.000 kg	
12	kg	153.000 kg	COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA POR CENTO) Arroz polido, fino, longo tipo 1. Embalagem primária: sacos plásticos de 01 kg. Prazo mínimo de validade: 12 meses. Marcas Aprovadas: Blue Soft, Arroz do Vô, Casa Bem, Kanake, Blue Rice, Extremo INDICAR MARCA: SMC: 14.000 kg SME: 190.000 kg	R\$4,58
13	Kg	51.000 kg	COTA RESERVADA (25%) – APENAS ME/EPP Arroz polido, fino, longo tipo 1. Embalagem primária: sacos plásticos de 01 kg. Prazo mínimo de validade: 12 meses. Marcas Aprovadas: Blue Soft, Arroz do Vô, Casa Bem, Kanake, Blue Rice, Extremo INDICAR MARCA: SMC: 14.000 kg SME: 190.000 kg	R\$4,58



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

14	kg	17.700 kg	COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA POR CENTO) Atum em óleo. Embalagem de até 200 g. Prazo mínimo de validade: mínimo de 2 anos. Registro obrigatório: S.I.F. Marcas aprovadas: 88, Robson Crusoe, Gomes da Costa INDICAR MARCA: SMC: 600 kg SME: 23.000 kg	R\$ 27,39
15	kg	5.900 kg	COTA RESERVADA (25%) – APENAS ME/EPP Atum em óleo. Embalagem de até 200 g. Prazo mínimo de validade: mínimo de 2 anos. Registro obrigatório: S.I.F. Marcas aprovadas: 88, Robson Crusoe, Gomes da Costa INDICAR MARCA: SMC: 600 kg SME: 23.000 kg	R\$ 27,39
16	kg	4.125 kg	COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA POR CENTO)	R\$15,74



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

			<p>Aveia em flocos finos. Embalagem de até 500g. Prazo mínimo de validade: 06 meses.</p> <p>Marcas aprovadas: Naturale, Ki Natural</p> <p>INDICAR MARCA:</p> <p>SMC: 500 kg</p> <p>SME: 5.000 kg</p>	
17	Kg	1.375 kg	<p>COTA RESERVADA (25%) – APENAS ME/EPP</p> <p>Aveia em flocos finos. Embalagem de até 500g. Prazo mínimo de validade: 06 meses.</p> <p>Marcas aprovadas: Naturale, Ki Natural</p> <p>INDICAR MARCA:</p> <p>SMC: 500 kg</p> <p>SME: 5.000 kg</p>	R\$15,74
18	kg	40 kg	<p>EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs</p> <p>Bicarbonato de sódio. Alimentício, uso em bolos e pães. Embalagem de até 300g.</p> <p>NÃO É NECESSÁRIO ENVIAR AMOSTRA.</p> <p>SME: 40 kg</p>	R\$11,71



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

19	kg	6.750 kg	COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA POR CENTO) Biscoito salgado integral de primeira qualidade. Sem gordura TRANS ou gordura vegetal não especificada. Embalagem de até 400g. Prazo mínimo de validade: 10 meses. Marcas aprovadas: Orquídea INDICAR MARCA: SMC: 2.000 kg SME: 7.000 kg	R\$14,01
20	Kg	2.250 kg	COTA RESERVADA (25%) – APENAS ME/EPP Biscoito salgado integral de primeira qualidade. Sem gordura TRANS ou gordura vegetal não especificada. Embalagem de até 400g. Prazo mínimo de validade: 10 meses. Marcas aprovadas: Orquídea INDICAR MARCA: SMC: 2.000 kg SME: 7.000 kg	R\$14,01



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

21	kg	8.250 kg	COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA POR CENTO) Biscoito salgado tipo água e sal. Sem gordura TRANS ou gordura vegetal não especificada. Embalagem de até 400g. Prazo mínimo de validade: 10 meses. Marcas aprovadas: Diana INDICAR MARCA: SMC: 1.000 kg SME: 10.000 kg	R\$11,91
22	Kg	2.750 kg	COTA RESERVADA (25%) – APENAS ME/EPP Biscoito salgado tipo água e sal. Sem gordura TRANS ou gordura vegetal não especificada. Embalagem de até 400g. Prazo mínimo de validade: 10 meses. Marcas aprovadas: Diana INDICAR MARCA: SMC: 1.000 kg SME: 10.000 kg	R\$11,91



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

23	kg	9.000 kg	COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA POR CENTO) Biscoito doce tipo Maisena ou tipo Maria. Sem gordura TRANS ou gordura vegetal não especificada. Embalagem de até 400g. Prazo mínimo de validade: 10 meses. Marcas aprovadas: Diana INDICAR MARCA: SMC: 2.000 kg SME: 10.000 kg	R\$ 11,11
24	Kg	3.000 kg	COTA RESERVADA (25%) – APENAS ME/EPP Biscoito doce tipo Maisena ou tipo Maria. Sem gordura TRANS ou gordura vegetal não especificada. Embalagem de até 400g. Prazo mínimo de validade: 10 meses. Marcas aprovadas: Diana INDICAR MARCA: SMC: 2.000 kg SME: 10.000 kg	R\$ 11,11



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

25	kg	9.000 kg	COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA POR CENTO) Biscoito tipo rosca glacê. Sem gordura TRANS ou gordura vegetal não especificada. Embalagem de até 400g. Prazo mínimo de validade: 10 meses. Marcas aprovadas: Boccone, Germani, Ninfa INDICAR MARCA: SMC: 6.000 kg SME: 6.000 kg	R\$18,78
26	Kg	3.000 kg	COTA RESERVADA (25%) – APENAS ME/EPP Biscoito tipo rosca glacê. Sem gordura TRANS ou gordura vegetal não especificada. Embalagem de até 400g. Prazo mínimo de validade: 10 meses. Marcas aprovadas: Boccone, Germani, Ninfa INDICAR MARCA: SMC: 6.000 kg SME: 6.000 kg	R\$18,78



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

27	kg	7.500 kg	COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA POR CENTO) Cacau em pó 100%. Sem adição de açúcar e outros ingredientes. Embalagem de até 500g. Prazo mínimo de validade: 06 meses. Marcas aprovadas: Aпти, nutrilândia INDICAR MARCA: SME: 10.000 kg	R\$ 34,44
28	Kg	2.500 Kg	COTA RESERVADA (25%) – APENAS ME/EPP Cacau em pó 100%. Sem adição de açúcar e outros ingredientes. Embalagem de até 500g. Prazo mínimo de validade: 06 meses. Marcas aprovadas: Aпти, nutrilândia INDICAR MARCA: SME: 10.000 kg	R\$ 34,44
29	kg	75 kg	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Coco ralado puro, ou sem adição de açúcar ou adoçantes. Máximo 4 ingredientes. Embalagens de até 400g. Marcas aprovadas: INDICAR MARCA:	R\$ 41,55



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

			SME: 75 kg	
30	kg	8.250 kg	COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA POR CENTO) Café em pó torrado e moído. Embalagem de até 500g. Validade mínima: 12 meses. Marcas aprovadas: Bom Jesus, Pelé, Caboclo INDICAR MARCA: SMC: 2.000 kg SME: 9.000 kg	R\$34,78
31	kg	2.750 kg	COTA RESERVADA (25%) – APENAS ME/EPP Café em pó torrado e moído. Embalagem de até 500g. Validade mínima: 12 meses. Marcas aprovadas: Bom Jesus, Pelé, Caboclo INDICAR MARCA: SMC: 2.000 kg SME: 9.000 kg	R\$34,78
32	kg	200 kg	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Café solúvel em pó ou granulado. Pacotes de 50g a 1kg. Validade mínima 12 meses. INDICAR MARCA:	R\$71,78



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

			SMC:200 kg	
33	kg	300 kg	COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA POR CENTO) Canela em pau. Embalagem de até 300g. Validade mínima de 06 meses. NÃO É NECESSÁRIO ENVIAR AMOSTRA. SME: 400 kg	R\$221,47
34	Kg	100 kg	COTA RESERVADA (25%) – APENAS ME/EPP Canela em pau. Embalagem de até 300g. Validade mínima de 06 meses. NÃO É NECESSÁRIO ENVIAR AMOSTRA. SME: 400 kg	R\$221,47
35	kg	400 kg	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Canela em pó. Embalagem de até 200g. Validade mínima: 06 meses. NÃO É NECESSÁRIO ENVIAR AMOSTRA. SME: 400 kg	R\$98,23



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

36	caixas	100 caixas	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Cereal em barra diversos sabores: castanha do 51ará, iogurte, morango e banana. Sabores podem ser escolhidos no momento do pedido. Embalagens de 20 a 30 gramas cada barra. Prazo mínimo de validade: 6 meses. Marcas aprovadas: Naturale INDICAR MARCA: SMC: 100 cx	R\$ 38,45
37	caixas	250 caixas	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Chás (boldo, camomila, hortelã). Embalagem de até 100g. Validade mínima: 6 meses. NÃO É NECESSÁRIO ENVIAR AMOSTRA. SMC: 100 cx SME: 150 cx	R\$ 3,02



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

38	kg	9.075 kg	COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA POR CENTO) Chocolate em pó (cacau 32% ou 33%). Sem Glúten. Prazo mínimo de validade: 10 meses. Embalagem de até 500g. Marcas aprovadas: Qualicau, refeisucos, Nutrilândia INDICAR MARCA: SMC:100 kg SME: 12.000 kg	R\$ 23,95
39	Kg	3.025 Kg	COTA RESERVADA (25%) – APENAS ME/EPP Chocolate em pó (cacau 32% ou 33%). Sem Glúten. Prazo mínimo de validade: 10 meses. Embalagem de até 500g. Marcas aprovadas: Qualicau, refeisucos, Nutrilândia INDICAR MARCA: SMC:100 kg SME: 12.000 kg	R\$ 23,95



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

40	kg	30 kg	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Chocolate granulado. Embalagem de até 1 kg. Validade mínima: 06 meses. Marcas aprovadas: Mil cores INDICAR MARCA: SMC: 30 kg	R\$ 21,12
41	kg	600 kg	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Colorau ou colorífico. Ingrediente obrigatório: Semente de urucum. Embalagem de até 150g. Prazo de validade mínimo: 8 meses. NÃO É NECESSÁRIO ENVIAR AMOSTRA. SME: 600 kg	R\$12,70
42	kg	5.500 Kg	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Doce cremoso de fruta, tipo chimia. Embalagem de até 500g. Validade mínima: 12 meses. Marcas aprovadas: Áurea, petry, 53ippert INDICAR MARCA: SMC: 1.000 kg SME: 4.500 kg	R\$ 10,60



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

43	kg	150 Kg	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Doce de fruta sem adição de açúcar, adoçantes e sem aditivos químicos. Ingredientes permitidos: fruta, pectina, e acidulante. Embalagem de até 400g. Marcas aprovadas: INDICAR MARCA: SME: 150 kg	R\$52,81
44	kg	4.000 kg	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Doce de leite. Embalagem de até 500g. Validade mínima: 12 meses. Marcas aprovadas: Áurea, mumu, piá INDICAR MARCA: SMC: 2.000 Kg SME: 2.000 kg	R\$18,40



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

45	Frascos	140 Frascos	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Essência de baunilha. Para preparação de bolos e tortas. Embalagem de 30 ml. Sem aditivos alimentares, sem açúcar. Prazo mínimo de validade: 12 meses. NÃO É NECESSÁRIO ENVIAR AMOSTRA. SME: 140 frascos	R\$ 4,01
46	kg	30.375 kg	COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA POR CENTO) Extrato de tomate concentrado simples. Embalagem de até 600g. Prazo mínimo de validade: 24 meses. Marcas aprovadas: Quero, petiosa, bonare INDICAR MARCA: SMC: 4.500 Kg SME: 36.000 kg	R\$ 7,68
47	Kg	10.125 kg	COTA RESERVADA (25%) – APENAS ME/EPP Extrato de tomate concentrado simples. Embalagem de até 600g. Prazo mínimo de validade: 24 meses. Marcas aprovadas: Quero, petiosa, bonare	R\$ 7,68



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

			INDICAR MARCA: SMC: 4.500 Kg SME: 36.000 kg	
48	kg	6.000 kg	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Farinha de mandioca seca, torrada e fina. Embalagem de até 500g. Validade mínima do produto 6 meses. Marcas aprovadas: Bella Dica, Araruna, Vascaína INDICAR MARCA: SMC: 1.000 Kg SME: 5.000 kg	R\$ 5,30
49	kg	13.875 kg	COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA POR CENTO) Farinha de milho instantânea com flocos de milho, enriquecida com ácido fólico. Embalagem de até 500g. Prazo mínimo de validade: 06 meses. Marcas aprovadas: Nutrivita, flocarina, zanin INDICAR MARCA: SMDS:500 kg SME: 18.000 kg	R\$ 4,54



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

50	Kg	4.625 kg	COTA RESERVADA (25%) – APENAS ME/EPP Farinha de milho instantânea com flocos de milho, enriquecida com ácido fólico. Embalagem de até 500g. Prazo mínimo de validade: 06 meses. Marcas aprovadas: Nutrivita, floarina, zanin INDICAR MARCA: SMDS:500 kg SME: 18.000 kg	R\$ 4,54
51	kg	700 kg	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Farinha (goma) para tapioca, hidratada, pronta para consumo. Sem glúten. Embalagem de até 500g. Prazo mínimo de validade de 6 meses. Marcas aprovadas: Amafil INDICAR MARCA: SME: 700 kg	R\$ 6,37
52	Kg	34.500 kg	COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA POR CENTO) Farinha de trigo especial, tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico, <u>sem fermento</u> . Embalagem de até 1kg. Prazo de validade mínima: 04 meses.	R\$ 4,77



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

			Marcas aprovadas: Cisne, Orquídea, Nordeste, Panfácil, Lorijuí, Rosa branca INDICAR MARCA: SMC: 5.000 kg SME: 41.000 kg	
53	kg	11.500 kg	COTA RESERVADA (25%) – APENAS ME/EPP Farinha de trigo especial, tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico, <u>sem fermento</u> . Embalagem de até 1kg. Prazo de validade mínima: 04 meses. Marcas aprovadas: Cisne, Orquídea, Nordeste, Panfácil, Lorijuí, Rosa branca INDICAR MARCA: SMC: 5.000 kg SME: 41.000 kg	R\$ 4,77



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

54	Kg	34.500 kg	COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA POR CENTO) Farinha de trigo especial, tipo 1, com fermento , enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem de até 1kg. Prazo de validade mínima: 04 meses. Marcas aprovadas: INDICAR MARCA: SMC: 5.000 kg SME: 41.000 kg	R\$ 5,52
55	Kg	11.500 kg	COTA RESERVADA (25%) – APENAS ME/EPP Farinha de trigo especial, tipo 1, com fermento , enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem de até 1kg. Prazo de validade mínima: 04 meses. Marcas aprovadas: INDICAR MARCA: SMC: 5.000 kg SME: 41.000 kg	R\$ 5,52



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

56	Kg	4.000 kg	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Farinha de trigo integral , enriquecida com ferro e ácido fólico, fina, de 1ª qualidade. Embalagem de até 1 kg. Prazo mínimo de validade: 4 meses. Marcas aprovadas: Orquídea, Dona Inês INDICAR MARCA: SMC: 500 kg SME: 3.500 kg	R\$ 5,46
57	Kg	108.750 kg	COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA POR CENTO) Feijão de cor, tipo 1. Embalagem primária: pacotes de 01 kg. Prazo mínimo de validade: 12 meses. Marcas aprovadas: INDICAR MARCA: SMC: 15.000 kg SME: 130.00 kg	R\$ 10,54



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

58	Kg	36.250	COTA RESERVADA (25%) – APENAS ME/EPP Feijão de cor, tipo 1. Embalagem primária: pacotes de 01 kg. Prazo mínimo de validade: 12 meses. Marcas aprovadas: INDICAR MARCA: SMC: 15.000 kg SME: 130.00 kg	R\$ 10,54
59	Kg	123.750 kg	COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA POR CENTO) Feijão preto, tipo 1. Embalagem primária: pacotes de 01 kg. Prazo mínimo de validade: 12 meses. Marcas aprovadas: Malú, SIVIERO, GASPARIN INDICAR MARCA: SMC: 15.000 kg SME: 150.000 kg	R\$ 8,09



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

60	Kg	41.250 kg	COTA RESERVADA (25%) – APENAS ME/EPP Feijão preto, tipo 1. Embalagem primária: pacotes de 01 kg. Prazo mínimo de validade: 12 meses. Marcas aprovadas: Malú, SIVIERO, GASPARIN INDICAR MARCA: SMC: 15.000 kg SME: 150.000 kg	R\$ 8,09
61	Unidade de 10 gramas	53.000 Unidades	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Fermento biológico instantâneo seco. Ingredientes obrigatórios: saccharomyces cerevisiae. Embalagem primária: sachê aluminizado ou polipropileno, embalagem de até 10g. Prazo mínimo de validade: 12 meses. Marcas aprovadas: Monopol, TOK INDICAR MARCA: SMC: 1.000 unidades SME: 52.000 unidades	R\$ 0,97



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

62	Kg	750 kg	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Fermento biológico instantâneo seco. Ingredientes obrigatórios: saccharomyces cerevisiae. Embalagem primária: sachê aluminizado de até 200 gramas. Prazo mínimo de validade: 12 meses. Marcas aprovadas: Apti INDICAR MARCA: SMC: 50 kg SME: 700 kg	R\$ 47,26
63	kg	1.150 kg	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Fermento químico. Embalagem de até 100g. Prazo mínimo de validade: 03 meses. Marcas aprovadas: Apti, monopol. INDICAR MARCA: SMC: 50 kg SME: 1.100 kg	R\$ 24,60



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

64	kg	400 kg	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Leite condensado. Embalagem de até 500g. Validade mínima: 12 meses. Marcas aprovadas: Italc, Piracanjuba INDICAR MARCA: SMC: 400 kg	R\$ 14,08
65	Kg	580 Kg	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Leite em pó, desnatado, de vaca. Embalagem de até 1kg. Prazo mínimo de validade: 12 meses. Marcas aprovadas: CCGL INDICAR MARCA: SMC: 500 kg SME: 80 kg	R\$ 31,26



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

66	kg	71.250 kg	COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA POR CENTO) Leite em pó, integral, instantâneo, de vaca. Embalagem de até 1kg. Prazo mínimo de validade: 12 meses. Marcas aprovadas: Tangará Foods, Danky, Nutrilândia, CCGL INDICAR MARCA: SMC: 5.000 kg SME: 90.000 kg	R\$ 33,75
67	Kg	23.750 kg	COTA RESERVADA (25%) – APENAS ME/EPP Leite em pó, integral, instantâneo, de vaca. Embalagem de até 1kg. Prazo mínimo de validade: 12 meses. Marcas aprovadas: Tangará Foods, Danky, Nutrilândia, CCGL INDICAR MARCA: SMC: 5.000 kg SME: 90.000 kg	R\$ 33,75



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

68	Kg ou litro	6.000 Kg ou litro	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Leite em pó ou UHT sem lactose. Embalagem de até 1 kg ou 1 litro. Prazo mínimo de validade: 12 meses. Marcas aprovadas: Piracanjuba, Santa Clara, Dália. INDICAR MARCA: SME: 6.000 kg ou litros	R\$ 5,03
69	litros	200 litros	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Leite de coco sem adição de açúcar ou adoçantes. Máximo 4 ingredientes. Embalagem de até 500ml. Marcas aprovadas: INDICAR MARCA: SME: 200 litros	R\$ 24,73



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

70	Kg	68.250 kg	COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA POR CENTO) Lentilha tipo 1. Embalagem primária: pacotes plásticos de 500 g. Prazo mínimo de validade: 12 meses. Marcas aprovadas: Minuano, Mesaboa, Yoki, Padrinho INDICAR MARCA: SMC: 1.000 kg SME: 90.000 kg	R\$ 12,36
71	Kg	22.750 kg	COTA RESERVADA (25%) – APENAS ME/EPP Lentilha tipo 1. Embalagem primária: pacotes plásticos de 500 g. Prazo mínimo de validade: 12 meses. Marcas aprovadas: Minuano, Mesaboa, Yoki, Padrinho INDICAR MARCA: SMC: 1.000 kg SME: 90.000 kg	R\$ 12,36



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

72	kg	44.625 kg	COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA POR CENTO) Macarrão com ovos, tipo espaguete, parafuso ou tubete. Embalagem de 500g. Prazo mínimo de validade: 12 meses. Marcas aprovadas: Diana e Orquídea INDICAR MARCA: SMC: 4.500 kg SME: 55.000 kg	R\$ 6,46
73	Kg	14.875 kg	COTA RESERVADA (25%) – APENAS ME/EPP Macarrão com ovos, tipo espaguete, parafuso ou tubete. Embalagem de 500g. Prazo mínimo de validade: 12 meses. Marcas aprovadas: Diana e Orquídea INDICAR MARCA: SMC: 4.500 kg SME: 55.000 kg	R\$ 6,46
74	kg	400 kg	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Manjeriço desidratado. Embalagem de até 150 gramas. Prazo de validade mínimo: 8 meses.	R\$ 13,76



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

			Marcas aprovadas: Extremo Sabor, São José SME: 400 kg	
75	Kg	5.000 kg	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Margarina sem sal (creme vegetal), sem gordura trans. Embalagens de até 500g. Prazo mínimo de validade: 6 meses. Marcas aprovadas: Doriana, Qualy, Becel INDICAR MARCA: SME: 5.000 kg	R\$ 16,13
76	kg	3.900 kg	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Milho de pipoca, tipo 1 premium. Embalagem de até 500g. Prazo mínimo de validade: 06 meses. Marcas aprovadas: Bella Dica, Corsetti INDICAR MARCA: SMC: 400 kg SME: 3.500 kg	R\$ 6,27



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

77	Unidade	63.750 unidades	COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA POR CENTO) Óleo de Girassol ou milho ou algodão ou canola. Embalagem plástica de 900ml. Prazo mínimo de validade: 12 meses. NÃO É NECESSÁRIO ENVIAR AMOSTRA. SMC: 10.000 unidades SME: 75.000 unidades	R\$ 16,35
78	Unidade	21.250 unidades	COTA RESERVADA (25%) – APENAS ME/EPP Óleo de Girassol ou milho ou algodão ou canola. Embalagem plástica de 900ml. Prazo mínimo de validade: 12 meses. NÃO É NECESSÁRIO ENVIAR AMOSTRA. SMC: 10.000 unidades SME: 75.000 unidades	R\$ 16,35



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

79	Unidade	63.750 unidades	COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA POR CENTO) Óleo de soja. Embalagem plástica de 900 ml. Prazo mínimo de validade: 12 meses. NÃO É NECESSÁRIO ENVIAR AMOSTRA. SMC: 10.000 unidades SME: 75.000 unidades	R\$ 11,78
80	Unidade	21.250 unidades	COTA RESERVADA (25%) – APENAS ME/EPP Óleo de soja. Embalagem plástica de 900 ml. Prazo mínimo de validade: 12 meses. NÃO É NECESSÁRIO ENVIAR AMOSTRA. SMC: 10.000 unidades SME: 75.000 unidades	R\$ 11,78
81	kg	620 kg	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Orégano para tempero. Embalagem de até 150 gramas. Prazo de validade mínimo: 8 meses. NÃO É NECESSÁRIO ENVIAR AMOSTRA. SMC: 20 kg	R\$ 90,13



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

			SME: 600 kg	
82	Kg	600 kg	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Polvilho azedo. Sem glúten. Embalagem: até 500 g. Prazo mínimo de validade: 6 meses. Marcas aprovadas: INDICAR MARCA: SME: 600 kg	R\$ 8,80
83	kg	20.500 kg	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Sal refinado iodado. Embalagem de 01 kg. Prazo mínimo de validade: 12 meses. NÃO É NECESSÁRIO ENVIAR AMOSTRA. SMC: 1.500 kg SME: 19.000 kg	R\$ 1,44
84	kg	11.400 kg	COTA PRINCIPAL 75% (SETENTA POR CENTO) Sardinha em óleo comestível ou molho de tomate. Embalagem: latas ou saches de até 250g. Prazo mínimo de validade: 02 anos. Registro obrigatório: SIF Marcas aprovadas: 88, Robinson Crusoeé, Pescador, Gomes da Costa	R\$ 38,49



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

			INDICAR MARCA: SMC: 200 kg SME: 15.000 kg	
85	Kg	3.800 kg	COTA RESERVADA (25%) – APENAS ME/EPP Sardinha em óleo comestível ou molho de tomate. Embalagem: latas ou saches de até 250g. Prazo mínimo de validade: 02 anos. Registro obrigatório: SIF Marcas aprovadas: 88, Robinson Crusoeé, Pescador, Gomes da Costa INDICAR MARCA: SMC: 200 kg SME: 15.000 kg	R\$ 38,49
86	kg	150 kg	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Uva passa preta, sem semente. Sem aditivos alimentares e sem açúcar. Obtida por frutas sãs e maduras (preta). Embalagem de até 150 g. Prazo mínimo de validade: 6 meses. NÃO É NECESSÁRIO ENVIAR AMOSTRA. SME: 150 kg	R\$ 30,15



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

87	Unidades	10.800 unidades	EXCLUSIVA MEs EPPs e MEIs Vinagre, branco, de álcool. Embalagem de 750 ml. Validade mínima: 12 meses. NÃO É NECESSÁRIO ENVIAR AMOSTRA. SMC: 800 unidades SME: 10.000 unidades	R\$ 2,28
----	----------	--------------------	---	----------

11. FISCALIZAÇÃO:

11.1. A fiscalização do contrato se dará pelas Nutricionistas da SME e SMC. Telefone para contato: (51) 34257701 opção 4, E-mail: uaenutricao@gmail.com, Horário: 9:00 horas às 17:00 horas.

12. PREVISÃO DE QUANTIDADES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM ADQUIRIDOS

A quantidade de gêneros alimentícios a serem adquiridos é estimada com base nos cardápios elaborados pelas Nutricionistas. A quantidade estimada é uma previsão de consumo, não sendo a Administração Municipal obrigada a comprar toda a quantidade de gêneros constantes no Edital.

13. RESPONSABILIDADE DOS FORNECEDORES

13.1. O(s) fornecedor(es) que aderirem a este processo declaram que atendem a todas as exigências legais e regulatórias para tanto e que possuem autorização legal para fazer a proposta, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, às penalidades previstas em lei.

13.2. O fornecedor compromete-se a fornecer os gêneros alimentícios conforme o disposto no padrão de identidade e qualidade estabelecida na legislação vigente e nas especificações técnicas elaboradas pelas nutricionistas.

13.3 O fornecedor compromete-se a fornecer os gêneros alimentícios conforme Cronograma de Entrega definido pela Secretaria Municipal de Cidadania e Secretaria Municipal de Educação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

13.4. O fornecedor se compromete a entregar os produtos alimentícios com data de validade adequada, sendo que os gêneros alimentícios que se apresentarem fora deste padrão serão devolvidos para troca. Se for percebido qualquer problema na qualidade do produto entregue, durante o tempo de validade, que tenha relação com a sua produção ou transporte será informado à contratada que terá que fazer a substituição do produto.

13.5. Transportar os alimentos conforme as normas da Legislação da Vigilância Sanitária, para garantir a integridade e a qualidade dos mesmos.

13.6. Assumir como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento de material, mão de obra, necessários à boa e perfeita entrega dos produtos. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Contratante ou a Terceiros.

13.7. O fornecedor se compromete em seguir a rota de entregas e turno estabelecidos no anexo I deste edital.

14. SANÇÕES APLICÁVEIS

14.1 Estão previstas no edital e seus anexos.

Lucia Elisabeth Colombo Silveira

Matrícula 125074

Secretária Municipal de Educação

Canoas, 20 de abril de 2022.

ROTAS, TURNOS E ENDEREÇOS DE ENTREGA SME



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

- Turnos e horários:
 - Manhã 8h-12h
 - Tarde 13h-17h

ROTA 1 – Quadrante Sudeste e parte nordeste				
Ordem Entrega	Escola	Turno	Dia Semana	Endereço
1	EMEF Prefeito Edgar Fontoura	Manhã	Quarta	Rua São Pedro, nº 555 - Marechal Rondon
2	EMEI Vó Babali	Manhã	Quarta	Avenida Inconfidência, nº 721 – Centro
3	EMEI Pequeno Polegar	Manhã	Quarta	Rua Venâncio Aires, s/nº - Vila Fernandes
4	EMEI Beija Flor	Manhã	Quarta	Rua Santa Cruz, nº 154 – Niterói
5	EMEF Santos Dumont	Manhã	Quarta	Rua Arthur Bernardes, nº 654 – Niterói
6	EMEI Vó Lola	Manhã	Quarta	Rua Paulo Fontenelles, nº 500 - João de Barro
7	EMEI Tia Maria Lúcia	Manhã	Quarta	Rua Paulo Fontenelles, nº 500 - João de Barro
8	EMEF Pernambuco	Manhã	Quarta	Rua Capistrano de Abreu, 1721 – Niterói
9	EMEF Theodoro Bogen	Manhã	Quarta	Rua 11 de Junho, nº 1001 – Niterói
10	EMEI Mundo Mágico	Manhã	Quarta	Rua Gomes Freire de Andrade, nº 1036 - Vila Fernandes



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

11	EMEF Farroupilha	Manhã	Quarta	Rua Alberto Bins, nº 160 – Niterói
12	EMEF Duque de Caxias	Manhã	Quarta	Rua Monte Castelo, nº 975 - Nossa Senhora das Graças
13	EMEF Jacob Longoni	Manhã	Quarta	Rua Porto Seguro, nº 197 - Vila Ideal
14	EMEI Pintando o Sete	Manhã	Quarta	Rua Nicolau Coelho, nº101 - Nossa Senhora das Graças
15	EMEF Rondônia	Manhã	Quarta	Rua AJ Renner, nº 211 - Estância Velha
16	EMEI Ulisses M. Filho	Manhã	Quarta	R. Pinhal, 164-Estância-Velha
17	EMEF Engenheiro Ildo Meneghetti	Manhã	Quarta	Rua Imbé nº 25 - Estância Velha
18	EMEF Tancredo de Almeida Neves	Manhã	Quarta	Rua Oscar Pedro Kulzer, nº 830 - Residencial Hércules
19	EMEI Tia Lourdes	Manhã	Quarta	Rua Capão da Canoa, nº 55, Profilurb - Estância Velha
20	EMEF Arthur Oscar Jochims	Manhã	Quarta	Rua Ernesto da Silva Rocha, nº 1582 - Estância Velha

ROTA 2 – Quadrante nordeste

Ordem Entrega	Escola	Turno	Dia Semana	Endereço
----------------------	---------------	--------------	-------------------	-----------------



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

1	EMEI Prof^a Terezinha Tergolina	Tarde	Quarta	Rua Jabuticabas, nº15 - Estância Velha
2	EMEF Irmão Pedro	Tarde	Quarta	Rua Olavo Fernandes, nº 91 - Estância Velha
3	EMEF Governador Walter Peracchi de Barcellos	Tarde	Quarta	Rua Alberto Rodrigues de Oliveira, nº 125 - Olaria
4	EMEI Laney Langaro	Tarde	Quarta	Rua Santa Fé, nº 321, Lot. São João – Bairro Olaria
5	EMEI Pé-de-Moleque	Tarde	Quarta	Rua José Danilo Menezes, nº 120 - Estância Velha
6	EMEF General Neto	Tarde	Quarta	Rua José Danilo de Menezes, nº 150 - Estância Velha
7	EMEF Sete de Setembro	Tarde	Quarta	Estrada do Nazário, nº 1205 - Estância Velha
8	EMEF Guajuviras	Tarde	Quarta	Rua Andre Luiz dos Anjos Conceição, nº 577 - Quadra 1 - Área Verde 1 – Guajuviras
9	EMEI Olga Ronchetti	Tarde	Quarta	Rua 13B, nº 705 – Guajuviras
10	EMEF Paulo Freire	Tarde	Quarta	Rua Ernesto Che Guevara, nº 281 – Guajuviras
11	EMEI Anísio Spínola Teixeira	Tarde	Quarta	Rua Ernesto Che Guevara, nº 208, Lot. Pôr do Sol – Guajuvira
12	EMEF Professora Nancy Ferreira Pansera	Tarde	Quarta	Rua 112, nº 336 - Setor 6 - Área Verde



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

13	EMEI Cara Melada	Tarde	Quarta	Avenida 17 de abril, nº 1991- Guajuviras
14	EMEF Carlos Drummond de Andrade	Tarde	Quarta	Quadra X, nº 400 - Setor 5 – Guajuviras
15	EMEI Jornalista Marione Leite	Tarde	Quarta	Rua Marselha, nº21, Lot.Parque Ozanan - São José
16	EMEF Governador Leonel de Moura Brizola	Tarde	Quarta	Rua Ramiro Barcelos, nº 1450 - São José
17	EMEF Erna Würth	Tarde	Quarta	Avenida 17 de Abril, nº 430 – Guajuviras
18	EMEI Vó Corina	Tarde	Quarta	Avenida 17 de abril, s/ nº - Guajuviras
19	EMEI Julieta Balestro	Tarde	Quarta	Rua dos Jaborandis, nº 235 – Igara
20	EMEI Carrosel	Tarde	Quarta	Rua Madeira, nº 235 – Igara
21	EMEF Castelo Branco	Tarde	Quarta	Rua Tapajós, nº 275 – Igara
22	EMEI Bem me quer	Tarde	Quarta	Rua João Leivas de Carvalho, nº 625 - São José

ROTA 3 – Quadrante sudoeste e parte noroeste

Ordem Entrega	Escola	Turno	Dia Semana	Endereço
1	EMEF Ícaro	Manhã	Quinta	Avenida Guilherme Schell, nº 4000 - Rio Branco



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

2	EMEI Vó Maria Aldina	Manhã	Quinta	Rua João Nicolau, nº 282 - Fátima
3	EMEF Barão de Mauá	Manhã	Quinta	Rua Cairú, nº 824 – Fátima
4	EMEI Meu Pedacinho de Chão	Manhã	Quinta	Rua Edgar Fritz Muller, nº 460 - Rio Branco
5	EMEI Vó Pedra	Manhã	Quinta	Rua Primavera, nº 670 - Rio Branco
6	EMEF Doutor Nelson Paim Terra	Manhã	Quinta	Rua Primavera, nº 1676 - Rio Branco
7	Gilda Schiavon	Manhã	Quinta	Rua Montenegro, nº 1037 - Rio Branco
8	EMEF Monteiro Lobato	Manhã	Quinta	Rua Montenegro, nº 1113 - Rio Branco
9	EMEF Coronel Francisco Pinto Bandeira	Manhã	Quinta	Rua Nelson Paim Terra, nº 1435 – Rio Branco
10	EMEF General Osório	Manhã	Quinta	Rua Nelson Paim Terra, nº 925 - Rio Branco
11	EMEI Ledevino Piccinini	Manhã	Quinta	Rua Joaquim Caetano, nº 150 - Bairro Fátima
12	EMEI Profª Idara Rocha	Manhã	Quinta	Rua Allan Kardec, nº 340 - Loteamento Prata
13	EMEF Paulo VI	Manhã	Quinta	Avenida Irineu Carvalho Braga, nº 2781 – Fátima
14	EMEI Carinha de Anjo	Manhã	Quinta	Trav. Pistóia, 2656-Fátima
15	EMEF Assis Brasil	Manhã	Quinta	Rua Roberto Francisco Behrens, nº 520 - Mato Grande



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

16	EMEI Alcy Paulo de Oliveira (cica)	Manhã	Quinta	R. 1-Mato Grande
17	EMEF Rio Grande do Sul	Manhã	Quinta	Rua Wenceslau Brás, nº 35 - Mato Grande
18	EMEI Profª Marilene Machado	Manhã	Quinta	Rua Kansas, nº 400 - CentralPark
19	EMEF Gonçalves Dias	Manhã	Quinta	Rua Engenheiro Kindler, nº 1450 - Vila Cerne
20	EMEI Vó Picucha	Manhã	Quinta	Rua Clóvis Bevilacqua, nº 1845 - Santa Izabel
21	EMEI Carmen Ferreira	Manhã	Quinta	R. Profa. Dona Sara, 260 - Mathias Velho, Canoas - RS

ROTA 4 – Quadrante noroeste

Ordem Entrega	Escola	Turno	Dia Semana	Endereço
1	EMEF Professor Doutor Rui Cirne Lima	Tarde	Quinta	Rua Dona Maria Isabel, nº 745 - Mato Grande
2	EMEF Max Adolfo Oderich	Tarde	Quinta	Rua Profª Dona Sara, nº 100 - Porto Belo
3	EMEI Gente Miúda	Tarde	Quinta	Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 272 - Vila Natal
4	EMEF Professora Odette Yolanda Oliveira Freitas	Tarde	Quinta	Rua Erechim, nº 200 - Mathias Velho



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

5	EMEF Professor Thiago Würth	Tarde	Quinta	Avenida Rio Grande do Sul, nº 4240 - Mathias Velho
6	EMEI vó Sara	Tarde	Quinta	Rua São Lourenço, nº 55 - Mathias Velho
7	EMEF Ministro Rubem Carlos Ludwig	Tarde	Quinta	Rua Sarandi, nº 160 - Mathias Velho
8	EMEF David Canabarro	Tarde	Quinta	Rua Florianópolis, nº 3893 - Mathias Velho
9	EMEI Recanto do Filhote	Tarde	Quinta	Rua Taquari, nº 735 - Mathias Velho
10	EMEF João Paulo I	Tarde	Quinta	Rua Pescador São Pedro, nº 525 - Santo Operário
11	EMEI mãe Augusta	Tarde	Quinta	Rua José Veríssimo, nº 634 – Harmonia
12	EMEF Arthur Pereira de Vargas	Tarde	Quinta	Rua dos Cedros, nº 23 - Cinco Colônias
13	EMEI Nilton L. Maria	Tarde	Quinta	Rua Fernando Pessoa, nº 175 – Harmonia
14	EMEI vovó Doralice	Tarde	Quinta	Rua Fernão de Magalhães, nº 195 - Harmonia
15	EMEF Rio de Janeiro	Tarde	Quinta	Rua Ver. Antônio Ferreira Alves, nº 900 - Mathias Velho
16	CEIA	Tarde	Quinta	Rua Rio de Janeiro, nº 360 - Mathias Velho
17	EMEI Irma Chies	Tarde	Quinta	Rua Derly da Costa Leite, nº 140 – Pitangueiras



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

18	EMEF João Palma da Silva	Tarde	Quinta	Rua Uruguaiana, nº 421 - Mathias Velho
19	EMEI Pingo de Gente	Tarde	Quinta	Rua Uruguaiana, nº 455 - Mathias Velho
20	EMEF Bilíngue para Surdos Vitória	Tarde	Quinta	Rua Caçapava, nº 400 - Mathias Velho
21	EMEF Ceará	Tarde	Quinta	Rua São Paulo, nº 465 - Mathias Velho
22	EMEI vó inezinha	Tarde	Quinta	Rua Engenheiro Rebouças, nº 333 - São Luís

LOCAIS DE ENTREGAS DA SMC

As entregas poderão ser feitas nas terças feiras pela manhã

Albergue Municipal	Av Rio Grande do Sul, 1770 – Mathias Velho
Casa de Acolhida Raio de Sol	Av. Guilherme Schell, 4876 - Centro
CDA	Av. das Canoas, 536 – Mato Grande



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÕES RELATIVAS ÀS EXIGÊNCIAS LEGAIS (ART. 4º, INCISO VII, DA LEI 10.520/2002, INEXISTÊNCIA DE SUSPENSÃO, IMPEDIMENTOS E/OU INIDONEIDADE, ART. 7º, XXXIII DA CF/88 E DO ARTIGO 27, INCISO V, DA LEI 8.666/93 E QUADRO SOCIETÁRIO)

A licitante _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, proponente na Pregão Eletrônico nº _____, instaurado pelo Município de Canoas, por intermédio da Diretoria de Licitações e Compras da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SMPG), sob as penas da Lei, **DECLARA**:

- 1) o cumprimento de todos os requisitos de habilitação da licitação, em atendimento ao disposto no artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520/2002;
- 2) não estar temporariamente suspensa de participar de licitação e/ou impedida de contratar com a Administração, não ter sido declarada inidônea de licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 3) não desenvolver trabalho noturno, perigoso ou insalubre com pessoas menores de dezoito anos, nem qualquer trabalho com menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, demonstrando cumprimento do disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da CF/88 e do artigo 27, inciso V da Lei nº 8.666/1993, por aplicação subsidiária.
- 4) não possuir em seu quadro societário, servidores efetivos e/ou comissionados vinculados ao município de Canoas ou de suas autarquias e fundações, incluídos na condição de sócios e/ou administradores.

..... de..... de 2022.

Assinatura do representante legal da licitante ou do procurador/preposto/credenciado

Nome do representante legal da licitante ou do procurador/preposto/credenciado



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO ART. 3º E NÃO INCURSÃO NOS IMPEDIMENTOS DO § 4º DO MESMO ARTIGO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06.

A licitante _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, proponente na Pregão Eletrônico nº _____, instaurado pelo Município de Canoas, por intermédio da Diretoria de Licitações e Compras da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SMPG), sob as penas da Lei, **DECLARA** estar enquadrada na definição do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, pelo que pretende exercer o direito de preferência conferido por esta Lei e que, para tanto, atende suas condições e requisitos, não estando incurso em nenhum dos impedimentos constantes de seu § 4º.

....., de..... de 2022.

Assinatura do representante legal da licitante ou do procurador/preposto/credenciado

Nome do representante legal da licitante ou do procurador/preposto/credenciado



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE CANOAS (RS)**, por intermédio da Secretária Municipal de Planejamento e Gestão (SMPG), representada pelo Secretário Municipal, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, ..., CNPJ/CPF n°. ..., sito na Rua / Avenida ..., doravante denominado **COMPROMITENTE**, representado(a) pelo(a) Sr(a). ..., CPF n°., firmam a presente **Ata de Registro de Preços para Fornecimento de Bens** do objeto descrito na Cláusula Primeira – DO OBJETO, constante no processo administrativo n°.27.720/2022, EDITAL N°. 166/2022 – REGISTRO DE PREÇOS N°. 055/2022, regendo-se o mesmo pelas Leis Federais n°. 8666/93 e n° 10520/02 e Lei Municipal 4.213 de 24 de outubro de 1997 e pelos Decretos Municipais n°. 171/2021 e n°. 354/2015, bem como pela legislação pertinente e pelas cláusulas previstas no Edital e seus Anexos da licitação supra, nos termos que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PRAZO DE VALIDADE

1.1. A presente Ata tem por objeto Registro de Preços para fornecimento de alimentos não perecíveis, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, item(ns) xxxxxxxx, conforme Edital e Anexos.

1.2. O prazo de validade do Registro de Preços: é de 12 meses a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PREÇO(S)

2.1. O(s) preço(s) registrado(s) é(são) o(s) constante(s) da proposta vencedora da licitação, lançada na listagem de Registro de Preços.

2.2. O(s) preço(s) registrado(s) não será(ão) reajustado(s) durante o prazo de validade do Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

3.1. Dos Direitos:

3.1.1. Do **MUNICÍPIO**: contratar, se necessário, o objeto deste Registro; e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

3.1.2. Do COMPROMITENTE: ser contratado se o MUNICÍPIO utilizar o Registro de Preços, ou, em igualdade de condições, ser preferido, no caso de contratação por outra forma, nos termos do Decreto Municipal n°. 354/2015.

3.2. Das Obrigações:

3.2.1. Do MUNICÍPIO: contratar com o COMPROMITENTE, ou em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo se contratar por outra forma, nos termos do Decreto Municipal n°. 354/2015.

3.2.2. Do COMPROMITENTE: atender, nas condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos, todos os pedidos de contratação recebidos durante o período de validade do Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O preço registrado poderá ser cancelado:

4.1.1. Pelo MUNICÍPIO quando:

4.1.1.1. O COMPROMITENTE:

I – Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços (ARP);

II – Não firmar o Contrato ou negar-se a retirar / aceitar o instrumento contratual (Nota de Empenho ou outro instrumento hábil expedido pela Administração, cfe. Art. 62, caput e §2º, da Lei 8666/93) ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV – Sofrer as penalidades previstas no art. 87, inc. III e IV, da Lei n° 8.666/93.

V – Presentes razões de interesse público.

4.1.2. Pelo COMPROMITENTE, mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências do Edital e seus Anexos, nos termos do Decreto Municipal n°. 354/2015, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital e em seus Anexos, nesta Ata, e na legislação pertinente, bem como de sua obrigação de indenizar o MUNICÍPIO ou terceiros por perdas e danos decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. O MUNICÍPIO e o COMPROMITENTE ficam adstritos à fiel observância das cláusulas do Edital e dos Anexos da licitação, em especial quanto a Condições Gerais, Obrigações, Fiscalização, Pagamento, Penalidades e demais cláusulas e condições relativas à execução do objeto, que deverão ser atendidas na íntegra pela(s) licitante(s) vencedora(s) acaso contratada.

5.2. Fica eleito o Foro de Canoas (RS) para dirimir dúvidas ou questões oriundas da presente Ata.

E, por estarem às partes justas e compromissadas, assinam a presente Ata em duas vias, de igual teor.

Cristina Santos Tietbohl

Secretária, respondendo interinamente pela SMPG

Empresa Detentora do Preço Registrado

Canoas (RS), de de 2022.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

ANEXO V - FORMULÁRIO DE DADOS DA EMPRESA

CADASTRO DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO (CNPJ):	()MATRIZ ()FILIAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL FUNDAÇÃO: __/__/____	DATA DE
		INSCRIÇÃO MUNICIPAL	
NOME EMPRESARIAL:			
NOME FANTASIA:			
CNAE-F PRINCIPAL:			
CNAE-F SECUNDÁRIAS:			
SÓCIOS/ADMINISTRADOR(ES):		CPF(S):	
1 -			
2 -			
3 -			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA			
ENDEREÇO:		NÚMERO	COMPLEMENTO
		O	
CEP	BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
CONTATO : TELEFONE: CELULAR:		E-MAIL: HOME PAGE:	
DADOS BANCÁRIOS			
BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	
OBS: NESSA FICHA DEVE CONSTAR ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DA PESSOA JURÍDICA			